



2T13



São Paulo, 14 de agosto de 2013: CESP - Companhia Energética de São Paulo (BM&FBOVESPA: CESP3, CESP5 e CESP6), a maior geradora de energia hidrelétrica do Estado de São Paulo e uma das maiores do país, divulga o release de resultados referentes ao segundo trimestre de 2013 (2T13). As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil, comparadas com o mesmo período do ano de 2012, exceto onde indicado de outra forma.

Teleconferência 2T13 com Tradução Simultânea

Data: 19/08/2013

Português

11h00 (Horário de Brasília)
10h00 (Horário de Nova Iorque)
Tel.: +55 11 2188-0155
Código: CESP
Replay: +55 11 2188-0155
Senha: CESP

Tradução para o inglês

11h00 (Horário de Brasília)
10h00 (Horário de Nova Iorque)
EUA: (1 646) 843 6054
Demais países: (1 866) 890 2584
Código: CESP
Replay: +55 11 2188-0155
Senha: CESP

Contatos RI:

Tel.: +55 11 5613-3626
Fax: +55 11 5613-3657
ricesp@cesp.com.br
www.cesp.com.br

Lucro Líquido de R\$ 264 milhões Juros sobre Capital Próprio de R\$ 85 milhões

Destaques do 2T13

- **Lucro Líquido de R\$ 264,3 milhões**, 226,6% superior ao 2T12
- **Receita Operacional Líquida de R\$ 940,9 milhões**, 7,5% acima do registrado no 2T12
- **Despesas Operacionais** recuam 10,6% e registram **R\$ 398,3 milhões** no 2T13
- **EBITDA de R\$ 694,3 milhões**, 21,9% superior ao 2T12, com margem de 73,8%
- **Resultado Financeiro de R\$ 160,0 milhões** negativos, 36,5% inferior ao 2T12
- **Juros sobre o Capital Próprio de R\$ 85 milhões**, a ser distribuído igualmente entre as Ações Ordinárias – ON's e Preferenciais Classe B – PNB's.

Destaques Operacionais e Financeiros (R\$ mil)

	2T13	2T12	Var%	1S13	1S12	Var%
Receita Operacional Líquida	940.931	875.372	7,5%	2.085.468	1.717.829	21,4%
Despesas Operacionais	(398.322)	(445.698)	-10,6%	(818.082)	(877.565)	-6,8%
Resultado do Serviço	542.609	429.674	26,3%	1.267.386	840.264	50,8%
EBITDA	694.335	569.475	21,9%	1.535.438	1.140.635	34,6%
Margem EBITDA	73,8%	65,1%	8,7 p.p.	73,6%	66,4%	7,2 p.p.
Resultado Financeiro	(159.958)	(251.723)	-36,5%	(240.289)	(331.755)	-27,6%
Lucro Líquido	264.336	80.927	226,6%	603.347	295.022	104,5%

PARQUE GERADOR

A CESP – Companhia Energética de São Paulo possui cinco usinas de geração hidrelétrica com um total de 52 unidades geradoras e uma usina, a de Três Irmãos, que a partir de 18 de abril de 2013 está sendo operada no regime de prestação de serviço de geração e que possui 5 unidades geradoras. Ambas as operações somam 7.457,3 MW de capacidade instalada e 3.916 MW médios de garantia física de energia, representando 6% e 5%, respectivamente, da capacidade instalada e da garantia física de energia do Brasil.

As usinas hidrelétricas estão distribuídas em duas bacias hidrográficas, a bacia do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e a bacia do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado de São Paulo. Abaixo são apresentados os principais dados do Parque Gerador:

Usinas Hidrelétricas	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)	Vencimentos das Concessões
Ilha Solteira	1973	20	3.444,0	1.731,5	07/07/2015
Três Irmãos*	1993	5	807,5	217,5	18/11/2011
Jupia	1969	14	1.551,2	886,0	07/07/2015
Porto Primavera	1999	14	1.540,0	1.017,0	21/05/2028
Paraibuna	1978	2	87,0	50,0	09/03/2021
Jaguari	1972	2	27,6	14,0	20/05/2020
Total		57	7.457,3	3.916,0	

- * Pela Portaria nº 125 de 17 de abril de 2013, a CESP foi designada como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, na UHE Três Irmãos.

A energia da usina foi alocada pelo Poder Concedente ao regime de cotas, pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 a partir de 18 de abril de 2013.

A Receita Anual de Geração (RAG) para operação da UHE Três Irmãos, de 18 de abril a 30 de junho de 2013, foi estabelecida em R\$ 13,9 milhões pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.518 de 30 de abril de 2013. O PIS/COFINS e a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH não compõem a RAG e serão ressarcidos.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No segundo trimestre de 2013, a produção de energia elétrica do Parque Gerador da CESP atingiu 8.331,4 MWh, 20,7% inferior ao mesmo período de 2012, em função da decisão sobre despachos de geração de energia do ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico.

Produção em MWh				
Usinas Hidrelétricas	2T13	2T12	1S13	1S12
Ilha Solteira	3.518.290	4.332.315	7.365.164	8.979.932
Três Irmãos*	387.612	950.584	954.193	2.173.224
Jupia	1.983.158	2.325.702	4.174.738	4.877.271
Porto Primavera	2.345.288	2.713.392	4.955.382	5.500.663
Paraibuna	76.067	142.161	139.049	246.177
Jaguari	20.999	36.869	31.837	46.709
Total	8.331.414	10.501.023	17.620.363	21.823.976

*A energia da usina de Três Irmãos foi alocada ao regime de cotas a partir de 18 de abril de 2013

COMERCIALIZAÇÃO

Os clientes da CESP são: (i) as principais distribuidoras de energia elétrica do país que compram sua energia por meio de contratos de longo prazo, em leilões, no mercado regulado; (ii) as comercializadoras e os consumidores livres, que adquirem sua energia por meio de ofertas públicas em contratos bilaterais de curto, médio e longo prazo.

A CESP comercializa sua energia de garantia física líquida nos seguintes ambientes:

Ambiente de Contratação Regulada – ACR: mediante leilões de compra de energia, organizados pela ANEEL, realizados por intermédio da CCEE para atender as distribuidoras.

Ambiente de Contratação Livre – ACL: por meio de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica de curto, médio e longo prazo, com volumes, condições e preços negociados com empresas comercializadoras e consumidores livres.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: onde as diferenças entre a energia produzida, garantia física líquida e contratada, são contabilizadas e liquidadas, parte para atender ao MRE – Mecanismo de Realocação de Energia a tarifas reguladas que cobrem apenas o custo variável de geração de energia, e parte como energia secundária, a Preços de Liquidação das Diferenças – PLD, apurados na CCEE.

Adicionalmente, a CESP está operando, de forma transitória, a usina de Três Irmãos que, desde 18/04/2013 disponibiliza sua energia no **Regime de Cotas**.

RECEITAS

As **Receitas com Venda de Energia** no segundo trimestre de 2013, atingiram **R\$ 1,1 bilhão**, 6,9% superior ao mesmo trimestre de 2012. Nos seis primeiros meses de 2013, as Receitas com Venda de Energia somaram **R\$ 2,3 bilhões**, 20,7% acima do 1S12. O acréscimo da receita com venda de energia pode ser explicado tanto pelo aumento dos preços dos contratos, quanto pelos preços de energia no Mercado de Curto Prazo – PLD.

No segundo trimestre de 2013, a receita de prestação de serviços de geração da usina de Três Irmãos foi de **R\$ 15,3 milhões**.

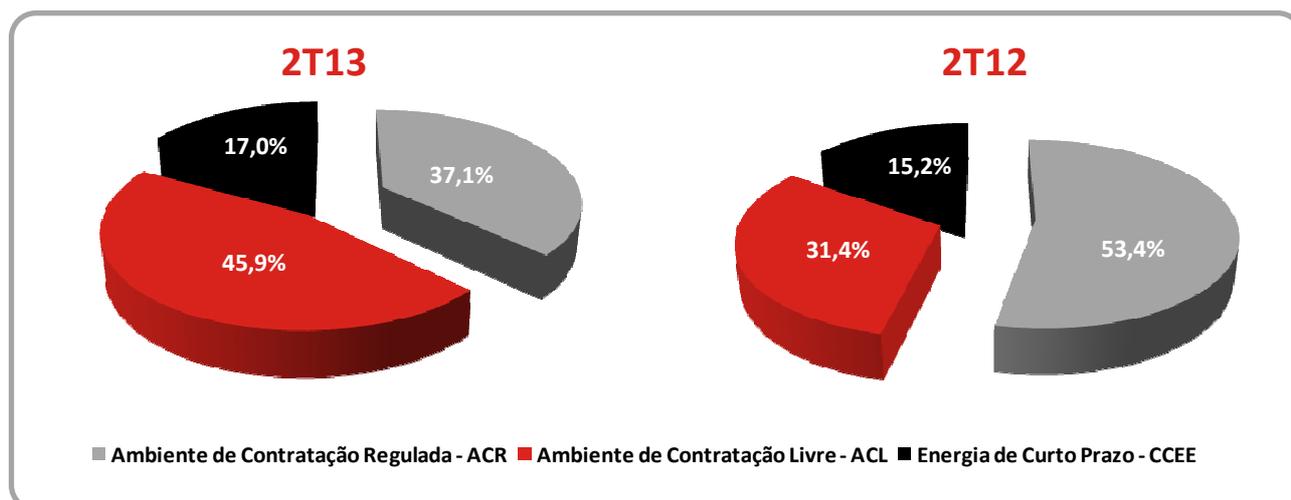
Composição das Vendas de Energia	MWh			R\$ mil		
	2T13	2T12	Var.	2T13	2T12	Var.
Ambiente de Contratação Livre - ACL	3.763.936	2.890.102	30,2%	482.670	308.338	56,5%
Ambiente de Contratação Regulada - ACR	3.406.534	5.137.205	-33,7%	390.310	525.658	-25,7%
Mercado de Curto Prazo - PLD	728.005	770.255	-5,5%	178.918	137.229	30,4%
Mercado de Curto Prazo - MRE	-102.371	1.352.090	n.m.	-171	12.703	n.m.
Total	7.796.104	10.149.652	-23,2%	1.051.727	983.928	6,9%

Composição das Vendas de Energia	MWh			R\$ mil		
	1S13	1S12	Var.	1S13	1S12	Var.
Ambiente de Contratação Livre - ACL	7.406.034	5.637.396	31,4%	940.475	593.988	58,3%
Ambiente de Contratação Regulada - ACR	7.062.864	10.532.002	-32,9%	800.215	1.068.000	-25,1%
Mercado de Curto Prazo - PLD	1.822.024	2.838.755	-35,8%	596.315	256.081	132,9%
Mercado de Curto Prazo - MRE	300.894	2.051.856	-85,3%	1.210	19.377	-93,8%
Total	16.591.816	21.060.009	-21,2%	2.338.215	1.937.446	20,7%

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA

No 2T13, a receita decorrente das vendas de energia elétrica no **Ambiente de Contratação Regulada (ACR)** correspondeu a 37,1%, no **Ambiente de Contratação Livre (ACL)** a 45,9% e a **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)** respondeu por 17,0%.

A participação do ACR na composição da receita em 2013 foi reduzida em relação ao mesmo trimestre do ano anterior em vista do encerramento, em dezembro de 2012, de contratos de 8 anos firmados no Leilão de Energia de Empreendimentos Existentes realizado em dezembro de 2004. Parte dos volumes migrou para o ACL e parte está sendo liquidada na CCEE.



Ambiente de Contratação Regulada – ACR

No segundo trimestre de 2013, o volume de energia destinada ao ACR totalizou 1.560 MW médios, o que representa uma participação de 43,7% da quantidade total comercializada em contratos no trimestre.

A participação no faturamento neste ambiente foi de 37,1% no trimestre e 34,2% no semestre, registrando **R\$ 390,3 milhões** e **R\$ 800,2 milhões** respectivamente.

Ambiente de Contratação Livre – ACL

O Ambiente de Contratação Livre no 2T13, referente aos contratos de venda de curto, médio e longo prazo, correspondeu a 1.723 MW médios, representando uma participação de 48,3% na quantidade de energia comercializada.

O faturamento total correspondeu a **R\$ 482,7 milhões**, 45,9% da participação total. No 1S13 o faturamento no ACL registrou **R\$ 940,5 milhões**, com participação de 40,2%.

Mercado de Curto Prazo:

No trimestre, a receita obtida pela empresa na CCEE, incluindo o MRE - Mecanismo de Realocação de Energia e o Mercado de Curto Prazo – PLD foi de **R\$ 178,7 milhões**, uma participação de 17,0% no faturamento total. De janeiro a junho de 2013, o faturamento foi de **R\$ 597,5 milhões**, participação de 25,6% no total de energia comercializada.

O preço médio do PLD na CCEE foi de R\$ 250,58 no 2T13, ante R\$ 164,04 no 2T12.

DEDUÇÕES À RECEITA

As **Deduções à Receita** no 2T13 representaram 11,9% da Receita Operacional Bruta e registraram **R\$127,0 milhões**, 16,1% superior ao 2T12. No semestre, as **Deduções** somaram **R\$ 269,9 milhões**, 11,5% da Receita Operacional Bruta.

Deduções à Receita - R\$ mil	2T13	2T12	Var.	1S13*	1S12	Var.
Quota para reserva global de reversão - RGR	(28.602)	(19.617)	45,8%	(63.963)	(40.927)	56,3%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(9.685)	(8.767)	10,5%	(21.475)	(17.139)	25,3%
Imposto s/ serviços - ISS	(28)	(22)	27,3%	(60)	(49)	22,4%
COFINS s/ receitas operacionais	(72.906)	(66.365)	9,9%	(151.548)	(134.233)	12,9%
PIS s/ receitas operacionais	(15.826)	(14.689)	7,7%	(32.894)	(29.139)	12,9%
Total	(127.047)	(109.460)	16,1%	(269.940)	(221.487)	21,9%
% da Receita Bruta	11,9%	11,1%	0,8 p.p.	11,5%	11,4%	0,1 p.p.

DESPESAS OPERACIONAIS

As **Despesas Operacionais** no segundo trimestre de 2013 somaram **R\$ 398,3 milhões**, 10,6% inferior ao 2T12, representando 42,3% da Receita Líquida, uma diminuição de 8,6 p.p. No semestre, a proporção das **Despesas Operacionais** na Receita Líquida foi de 39,2%, um recuo de 11,8 p.p. em relação ao 1S12.

As despesas de Pessoal no trimestre tiveram redução de 10,3% e Serviços de Terceiros apresentaram redução de 7,4% em relação ao 2T12.

A redução nas despesas com **Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos** reflete a diminuição da produção hidráulica (que é sua base de cálculo) e a redução nos **Encargos Uso do Sistema de Transmissão** reflete a ação do Poder Concedente no tratamento dado à renovação de parte das concessões de transmissão levada a efeito a partir de 1º de janeiro de 2013.

A **Depreciação** de 2013 reflete a retirada, em abril, da usina de Três Irmãos do ativo imobilizado da Companhia, sendo classificado como Ativo disponível para reversão.

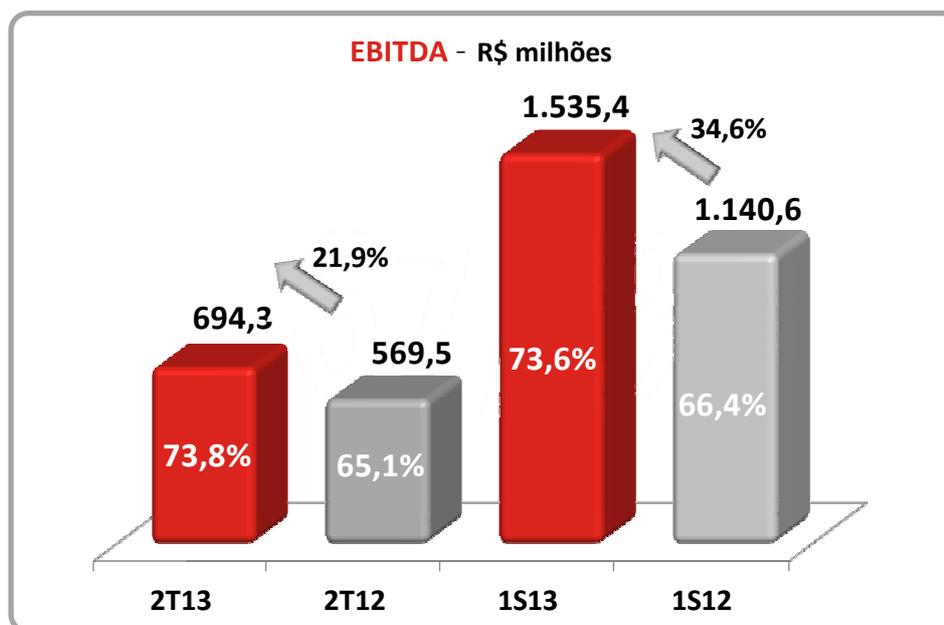
O crescimento das **Provisões Operacionais** decorre de movimento normal das ações judiciais em que a Companhia encontra-se envolvida.

Despesas Operacionais - R\$ mil	2T13	2T12	Var.	1S13*	1S12	Var.
Pessoal	(43.367)	(48.341)	-10,3%	(90.362)	(97.636)	-7,5%
Entidade de previdência - Contribuição ao plano	(2.669)	(2.217)	20,4%	(4.847)	(4.331)	11,9%
Entidade de previdência - CPC 33 / IAS 19	(2.594)	(10.352)	-74,9%	(6.583)	(14.267)	-53,9%
Material	(2.457)	(2.667)	-7,9%	(5.278)	(5.405)	-2,3%
Serviços de terceiros	(23.943)	(25.865)	-7,4%	(44.483)	(51.762)	-14,1%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(40.457)	(51.652)	-21,7%	(87.764)	(107.346)	-18,2%
Encargos de uso do sistema de transmissão / serviços do sistema	(85.841)	(91.779)	-6,5%	(171.626)	(183.902)	-6,7%
Taxas do setor elétrico	(4.348)	(4.356)	-0,2%	(8.701)	(8.635)	0,8%
Créditos de COFINS/PIS s/ encargo de uso do sistema de transmissão	7.354	7.275	1,1%	12.653	14.802	-14,5%
Depreciação	(170.059)	(194.028)	-12,4%	(361.352)	(388.058)	-6,9%
Provisão para perda estimada de crédito	(4.955)	(11.251)	-56,0%	(4.955)	(11.251)	-56,0%
Provisões operacionais	(18.702)	(5.921)	215,9%	(35.682)	(12.150)	193,7%
Outras despesas	(6.284)	(4.544)	38,3%	(9.102)	(7.624)	19,4%
Total	(398.322)	(445.698)	-10,6%	(818.082)	(877.565)	-6,8%
% da Receita Líquida	42,3%	50,9%	-8,6 p.p.	39,2%	51,1%	-11,8 p.p.

EBITDA

O **EBITDA** calculado pelas regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 527/2012, alcançou **R\$ 694,3 milhões** no trimestre e **R\$ 1,5 bilhão** no semestre, superior 21,9% e 34,6% respectivamente, aos períodos correspondentes de 2012.

A **Margem EBITDA** foi de **73,8%** no 2T13 e 73,6% nos seis primeiros meses de 2013.



Demonstração:

EBIT / EBITDA - R\$ mil	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Lucro Líquido	264.336	80.927	226,6%	603.347	295.022	104,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social (líquidos)	99.655	42.469	134,7%	329.794	124.960	163,9%
Resultado Financeiro	159.958	251.723	-36,5%	240.289	331.755	-27,6%
EBIT	523.949	375.119	39,7%	1.173.430	751.737	56,1%
Depreciação	170.386	194.356	-12,3%	362.008	388.898	-6,9%
EBITDA	694.335	569.475	21,9%	1.535.438	1.140.635	34,6%
Margem EBITDA	73,8%	65,1%	8,7 p.p.	73,6%	66,4%	7,2 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

As **Receitas Financeiras** somaram **R\$ 57,5 milhões** no segundo trimestre de 2013, ante R\$ 13,5 milhões no 2T12. Desse resultado, cerca de R\$ 30,9 milhões são decorrentes de ganho cambial sobre a compra antecipada (abril de 2013) de US\$ 150 milhões, ao preço médio de R\$ 2,01, para liquidação do Bônus da Série 7 – US\$ 220 milhões – com vencimento em 11 de agosto de 2013.

No mesmo período, o **Total das Despesas Financeiras**, incluindo Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras foi de **R\$ 64,7 milhões**.

As **Variações Monetárias Líquidas** resultaram em **R\$ 30,8 milhões** negativos no 2T13 e refletem indicadores relacionados à inflação. Já as **Variações Cambiais Líquidas** atingiram **R\$ 121,9 milhões** negativos no segundo trimestre de 2013, em decorrência da desvalorização do real (10,02%) aplicada sobre a dívida em moeda estrangeira, que em 30 de junho de 2013 atingiu US\$ 588,6 milhões.

Desta forma, o **Resultado Financeiro** no 2T13 foi de **R\$ 160,0 milhões** negativos, 36,5% inferior aos R\$251,7 milhões do segundo trimestre de 2012.

Detalhamento do Resultado Financeiro - R\$ mil	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
RECEITAS	57.518	13.517	325,5%	70.430	24.949	182,3%
Rendimentos de aplicações financeiras	15.336	8.920	71,9%	25.385	17.187	47,7%
Atualização de quotas subordinadas - FIDC	1.282	2.038	-37,1%	3.350	3.257	2,9%
Atualização de créditos / recebíveis - DAEE	618	828	-25,4%	1.325	1.844	-28,1%
Atualização de valores a receber - Energia Livre	-	-	n.m.	-	687	n.m.
Atualização sobre compra de moeda estrangeira	30.981	-	n.m.	30.981	-	n.m.
Atualização de depósitos judiciais e tributos compensáveis	8.964	-	n.m.	8.964	-	n.m.
Outras	337	1.731	-80,5%	425	1.974	-78,5%
DESPESAS						
ENCARGOS DE DÍVIDAS	(55.440)	(55.376)	0,1%	(109.322)	(110.927)	-1,4%
Moeda estrangeira	(23.898)	(23.789)	0,5%	(47.957)	(47.702)	0,5%
Moeda nacional	(31.542)	(31.587)	-0,1%	(61.365)	(63.225)	-2,9%
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	(9.294)	(36.694)	-74,7%	(30.418)	(70.052)	-56,6%
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros	(277)	(786)	-64,8%	(601)	(1.877)	-68,0%
Juros e atualização do Contrato ELETROBRÁS	(1.717)	(6.742)	-74,5%	(4.969)	(11.075)	-55,1%
Atualização de cessão de créditos de recebíveis de energia	-	(9.437)	n.m.	(4.219)	(20.262)	-79,2%
Imposto s/ operações financeiras	(52)	(7)	642,9%	(96)	(421)	-77,2%
Imposto de renda s/ remessa ao exterior	(4.356)	(8.113)	-46,3%	(10.823)	(11.216)	-3,5%
Atualização TAC	(55)	(550)	-90,0%	(894)	(1.335)	-33,0%
Despesas com operações financeiras - FIDC	(253)	(310)	-18,4%	(1.386)	(625)	121,8%
Atualização P&D - projetos	(1.286)	(1.247)	3,1%	(2.400)	(2.648)	-9,4%
Desconto contratos de clientes	(764)	(6.141)	-87,6%	(2.744)	(12.344)	-77,8%
Outros encargos	(534)	(3.361)	-84,1%	(2.286)	(8.249)	-72,3%
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(64.734)	(92.070)	-29,7%	(139.740)	(180.979)	-22,8%
RESULTADO BRUTO	(7.216)	(78.553)	-90,8%	(69.310)	(156.030)	-55,6%
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS	(152.742)	(173.170)	-11,8%	(170.979)	(175.725)	-2,7%
Moeda nacional	(30.806)	(35.732)	-13,8%	(69.705)	(78.806)	-11,5%
Moeda estrangeira	(121.936)	(137.438)	-11,3%	(101.274)	(96.919)	4,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(159.958)	(251.723)	-36,5%	(240.289)	(331.755)	-27,6%

LUCRO LÍQUIDO

No segundo trimestre de 2013, o **Lucro antes dos Impostos** alcançou **R\$ 364,0 milhões** e as despesas de **Imposto de Renda e Contribuição Social** somaram **R\$ 99,7 milhões**.

O **Lucro Líquido** registrou **R\$ 264,3 milhões**. No trimestre o Lucro Líquido foi 226,6% superior ao 2T12 e no semestre, 104,5% superior ao 1S12, alcançando **R\$ 603,3 milhões**.

INDICADORES

Na tabela abaixo, o item mais relevante foi a cotação do dólar, que em 30/06/13 fechou em R\$ 2,2156, 10,0% acima do primeiro trimestre de 2013 (R\$ 2,0138). Isso gerou uma perda cambial de **R\$ 121,9 milhões** no trimestre. A variação de 39,2% no Preço Médio Geral de energia no segundo trimestre de 2013, com relação ao 2T12 também merece destaque.

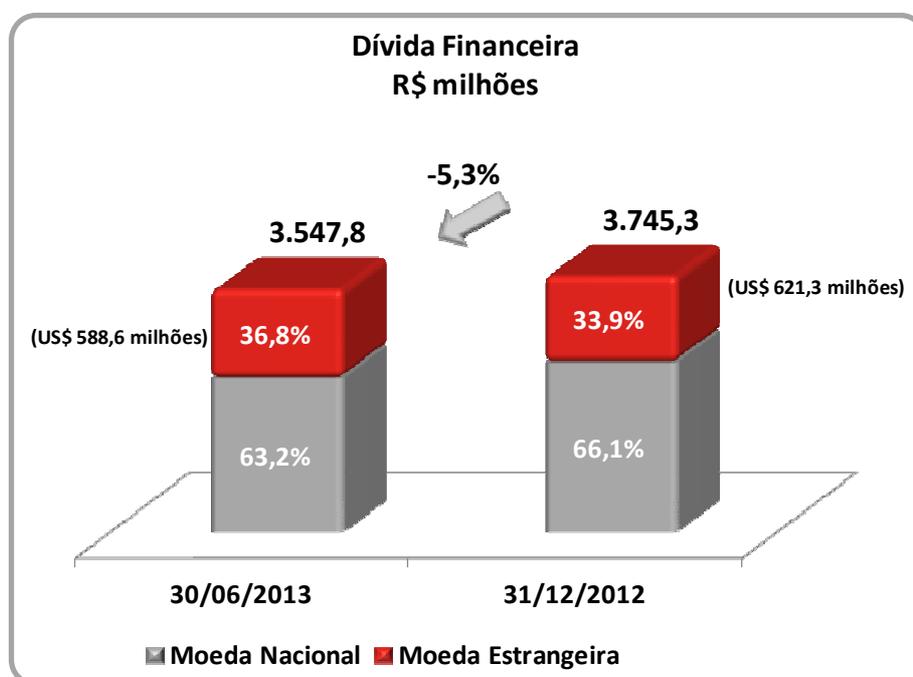
Indicadores Econômico - Financeiros	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
Preço Médio Geral - R\$ por MWh*	134,90	96,94	39,2%	140,93	92,00	53,2%
Margem Operacional	57,7%	49,1%	8,6 p.p.	60,8%	48,9%	11,9 p.p.
Variação do Dólar	10,0%	10,9%	-0,9 p.p.	8,4%	7,8%	0,7 p.p.
IGP-M	0,9%	2,6%	-1,7 p.p.	1,8%	3,2%	-1,4 p.p.
IPC-A	1,2%	1,1%	0,1 p.p.	3,2%	2,3%	0,8 p.p.
Liquidez Corrente				1,02	0,77	

*Sem considerar a receita e a energia da usina de Três Irmãos

DÍVIDA FINANCEIRA

A **Dívida Financeira** em 30/06/2013 era de **R\$ 3.547,8 milhões**, 5,3% inferior a 31/12/2012.

Considerando os recursos em Caixa de R\$ 1.039,8 milhões e R\$ 332,3 milhões como Cauções e Depósitos Vinculados, as **disponibilidades** atingiram R\$ **1.372,1 milhões**. A **Dívida Líquida** no final de junho de 2013 era de **R\$ 2.175,7 milhões** (R\$ 3.166,0 milhões em 31/12/2012), 31,3% inferior a 31/12/2012.



A dívida em moeda estrangeira era de **US\$ 588,6 milhões** em 30/06/2013, incluindo encargos incorridos até a data (US\$ 621,3 milhões em 31/12/2012). Vide nota de Eventos Subsequentes, logo após o quadro Posição da Dívida.

Posição da Dívida em (Em R\$ mil)	30/06/2013			31/12/2012		Var. %
	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Total	
Moeda Estrangeira	19.377	642.344	642.338	1.304.059	1.269.614	2,7%
Instituições Financeiras	1.047	61.303	-	62.350	86.387	-27,8%
BNDES	1.723	93.369	641.385	736.477	718.157	2,6%
Notas de Médio Prazo	16.560	487.432	-	503.992	463.814	8,7%
Outras Instituições	47	240	953	1.240	1.256	-1,3%
Moeda Nacional	43.510	42.983	1.124.128	1.210.621	1.198.174	1,0%
Instituições Financeiras	874	37.768	33.220	71.862	95.625	-24,9%
Notas de Médio Prazo	42.625	-	1.062.967	1.105.592	1.066.773	3,6%
ELETROBRÁS	11	5.215	27.941	33.167	35.776	-7,3%
Outras Dívidas	2.605	316.634	713.832	1.033.071	1.277.493	-19,1%
Valores a pagar	-	-	-	-	122.775	-100,0%
FIDC	2.605	284.758	604.923	892.286	1.002.529	-11,0%
Entidade de Previdência a empregados *	-	31.876	108.909	140.785	152.189	-7,5%
Total da Dívida Financeira (1)	65.492	1.001.961	2.480.298	3.547.751	3.745.281	-5,3%
Recursos (2)	-	1.372.107	-	1.372.107	579.275	136,9%
Disponibilidades	-	1.039.767	-	1.039.767	513.525	102,5%
Cauções e Depósitos Vinculados	-	332.340	-	332.340	65.750	405,5%
TOTAL LÍQUIDO (1) - (2)	65.492	(370.146)	2.480.298	2.175.644	3.166.006	-31,3%

* Considera os contratos de dívida com a Fundação CESP

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de agosto de 2013, houve o pagamento das Notas de Médio Prazo (Bônus Série 7) no valor de US\$ 220 milhões. Para fazer frente a este pagamento, em abril de 2013 houve compra antecipada de moeda estrangeira, o que gerou uma receita financeira de R\$ 30,9 milhões.

MERCADO DE CAPITAIS

As ações CESP6 – Preferenciais Classe B, as mais negociadas da CESP, representam 64% do capital total da Companhia e tiveram uma variação negativa de 3,5% no segundo trimestre de 2013. No mesmo período, as ações CESP5 – Preferenciais Classe A, que representam 3% do capital, valorizaram 7,8% e as CESP3 – Ordinárias, que representam 33% do capital total da Companhia, valorizaram 2,8%.

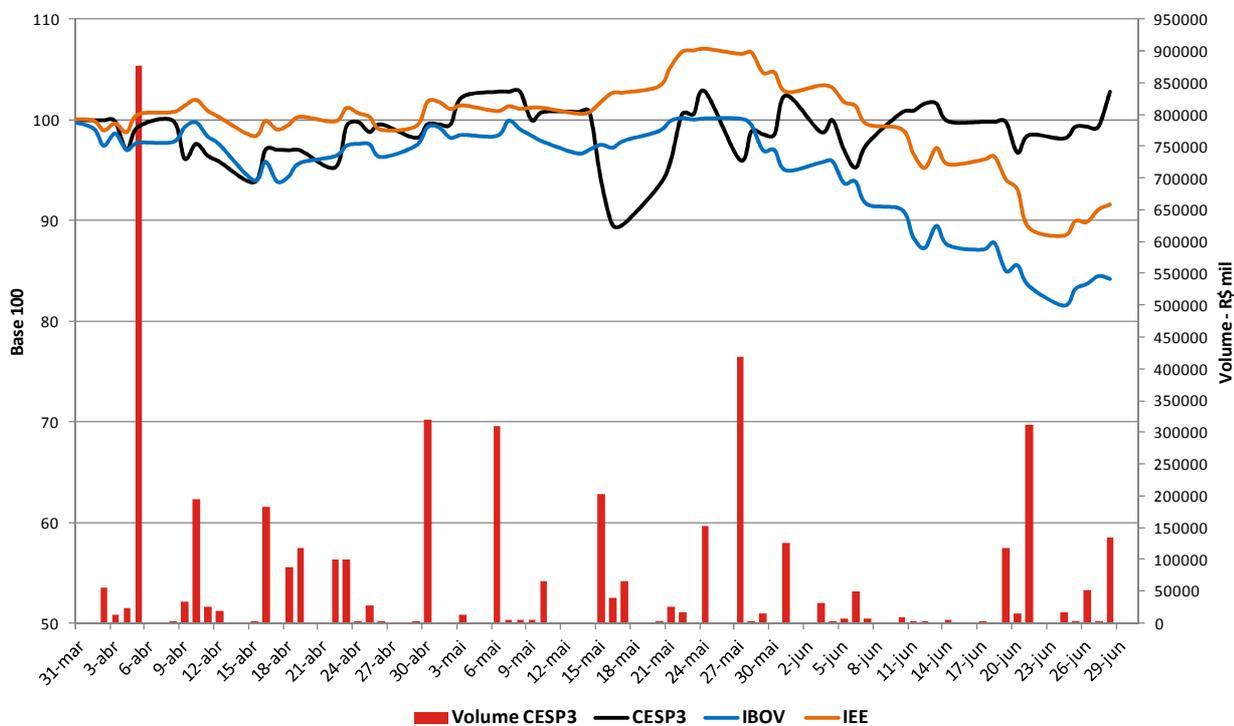
No segundo trimestre de 2013, o IBOVESPA e o IEE Índice de Energia Elétrica tiveram variação negativa de 15,8% e 8,4% respectivamente.

A tabela abaixo apresenta as cotações de fechamento e valor de mercado da CESP no último pregão de março e junho de 2013, bem como o total de pontos dos índices IBOVESPA e IEE nas mesmas datas.

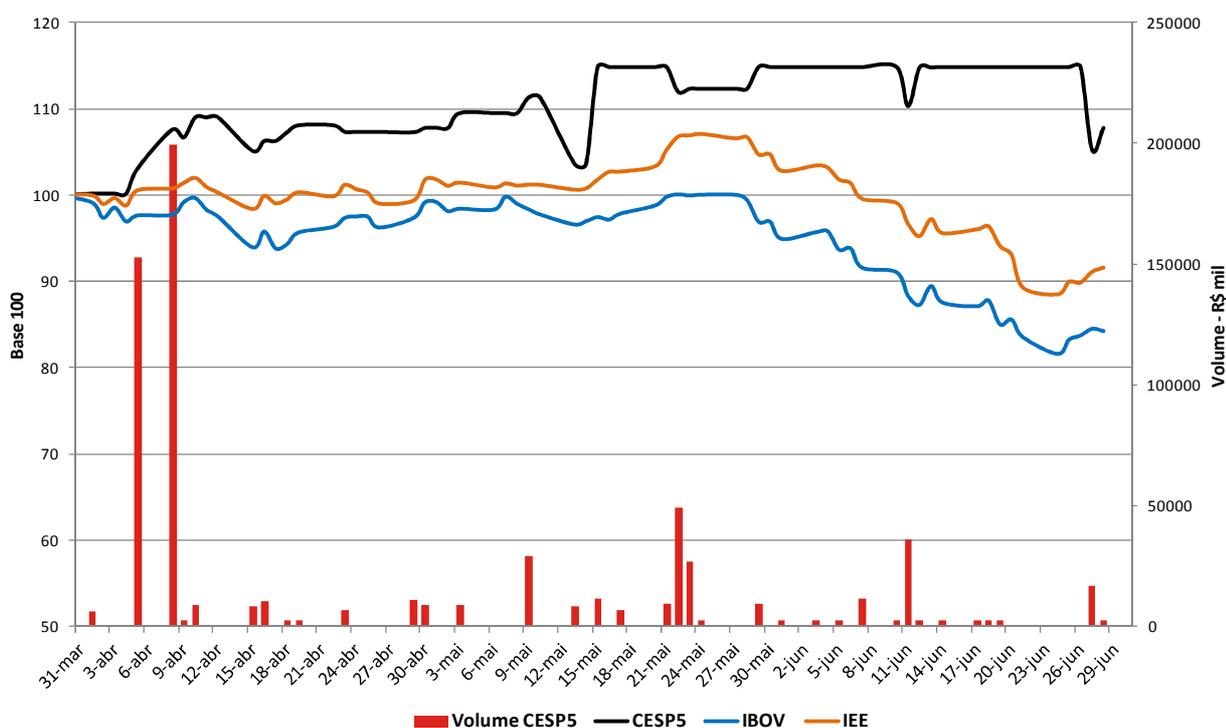
Ação / Índice	Fechamento Junho/2013	Fechamento Março/2013	Var. %	Número de Ações (mil)	Valor de Mercado (R\$ mil) Junho/2013
CESP3 - ON	17,48	17,00	2,8%	109.168	1.908.257
CESP5 - PNA	21,50	19,95	7,8%	7.703	165.615
CESP6 - PNB	19,63	20,35	-3,5%	210.632	4.134.706
TOTAL CESP				327.503	6.208.578
IBOV	47.457	56.352	-15,8%		
IEE	25.407	27.750	-8,4%		

DESEMPENHO DAS AÇÕES

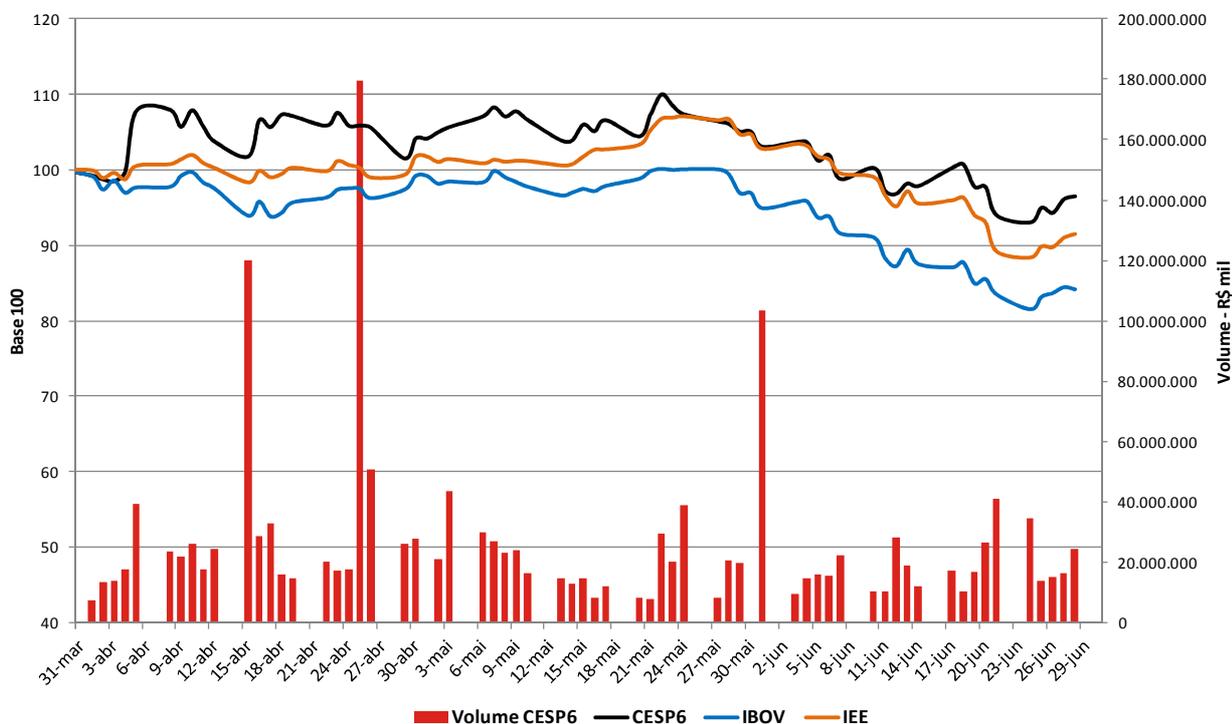
CESP3 - ON (Cotação em 30/06/2013 R\$ 17,48)



CESP5 - PNA (Cotação em 30/06/2013 R\$ 21,50)



CESP6 – PNB (Cotação em 30/06/2013 R\$ 19,63)



AVISO LEGAL

As afirmações contidas neste documento relacionadas às perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas às perspectivas de crescimento da CESP são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da administração sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

Demonstração dos Resultados - R\$ mil	2T13	2T12	Var.	1S13	1S12	Var.
RECEITA OPERACIONAL	1.067.978	984.832	8,4%	2.355.408	1.939.316	21,5%
Fornecimento de energia	244.149	231.155	5,6%	482.975	447.592	7,9%
Suprimento de energia - Contratos	238.521	94.942	151,2%	457.500	181.800	151,7%
Suprimento de energia de leilões	390.310	507.899	-23,2%	800.215	1.032.596	-22,5%
Regime de cotas - Três Irmãos	15.302	-	-	15.302	-	-
Energia de curto prazo	178.747	149.932	19,2%	597.525	275.458	116,9%
Outras receitas	949	904	5,0%	1.891	1.870	1,1%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(127.047)	(109.460)	16,1%	(269.940)	(221.487)	21,9%
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(28.602)	(19.617)	45,8%	(63.963)	(40.927)	56,3%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(9.685)	(8.767)	10,5%	(21.475)	(17.139)	25,3%
Impostos s/ serviços - ISS	(28)	(22)	27,3%	(60)	(49)	22,4%
COFINS s/ receitas operacionais	(72.906)	(66.365)	9,9%	(151.548)	(134.233)	12,9%
PIS s/ receitas operacionais	(15.826)	(14.689)	7,7%	(32.894)	(29.139)	12,9%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	940.931	875.372	7,5%	2.085.468	1.717.829	21,4%
DESPESAS OPERACIONAIS	(398.322)	(445.698)	-10,6%	(818.082)	(877.565)	-6,8%
Pessoal	(43.367)	(48.341)	-10,3%	(90.362)	(97.636)	-7,5%
Entidade de Previdência - Contribuição ao Plano	(2.669)	(2.217)	20,4%	(4.847)	(4.331)	11,9%
Entidade de Previdência - CPC 33 / IAS 19	(2.594)	(10.352)	-74,9%	(6.583)	(14.267)	-53,9%
Material	(2.457)	(2.667)	-7,9%	(5.278)	(5.405)	-2,3%
Serviços de terceiros	(23.943)	(25.865)	-7,4%	(44.483)	(51.762)	-14,1%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(40.457)	(51.652)	-21,7%	(87.764)	(107.346)	-18,2%
Encargos de uso do sistema de transmissão / serviços do sistema	(85.841)	(91.779)	-6,5%	(171.626)	(183.902)	-6,7%
Taxas do setor elétrico	(4.348)	(4.356)	-0,2%	(8.701)	(8.635)	0,8%
Créditos de COFINS/PIS s/ encargos de uso do sistema de transmissão	7.354	7.275	1,1%	12.653	14.802	-14,5%
Depreciação	(170.059)	(194.028)	-12,4%	(361.352)	(388.058)	-6,9%
Provisão para perda estimada de crédito	(4.955)	(11.251)	-56,0%	(4.955)	(11.251)	-56,0%
Provisões operacionais	(18.702)	(5.921)	215,9%	(35.682)	(12.150)	193,7%
Outras despesas	(6.284)	(4.544)	38,3%	(9.102)	(7.624)	19,4%
RESULTADO DO SERVIÇO	542.609	429.674	26,3%	1.267.386	840.264	50,8%
Outras (despesas) receitas líquidas	(18.660)	(54.555)	-65,8%	(93.956)	(88.527)	6,1%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	523.949	375.119	39,7%	1.173.430	751.737	56,1%
RESULTADO FINANCEIRO	(159.958)	(251.723)	-36,5%	(240.289)	(331.755)	-27,6%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS	363.991	123.396	195,0%	933.141	419.982	122,2%
Imposto de renda - corrente	(90.004)	(69.925)	28,7%	(218.895)	(119.975)	82,5%
Contribuição social - corrente	(33.969)	(26.443)	28,5%	(81.220)	(45.414)	78,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.318	53.899	-54,9%	(29.679)	40.429	-173,4%
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(99.655)	(42.469)	134,7%	(329.794)	(124.960)	163,9%
LUCRO LÍQUIDO	264.336	80.927	226,6%	603.347	295.022	104,5%
LUCRO LÍQUIDO por ação	0,81	0,25	226,6%	1,84	0,90	104,5%

ATIVO	30/06/2013	31/12/2012
CIRCULANTE	1.897.375	1.075.237
Caixa e equivalentes de caixa	1.039.767	513.525
Valores a receber	417.275	389.189
Perda estimada de créditos	(51.850)	(46.895)
Tributos e contribuições compensáveis	15.847	6.656
Cauções e depósitos vinculados	332.340	65.750
Almoxarifado	35.566	33.804
Outros créditos	102.428	111.536
Despesas pagas antecipadamente	6.002	1.672
NÃO CIRCULANTE	15.490.425	15.814.635
Cauções e depósitos vinculados	599.252	628.201
Outros créditos	4.722	4.868
Despesas pagas antecipadamente	6.018	-
Ativo disponível para reversão	3.529.080	-
Imobilizado	11.351.353	15.181.566
TOTAL DO ATIVO	17.387.800	16.889.872

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30/06/2013

31/12/2012

CIRCULANTE	1.869.224	1.790.097
Fornecedores	15.104	20.619
Empréstimos e financiamentos	748.214	703.789
Fundo de investimento em Direitos Creditórios - FIDC	287.363	287.581
Valores a pagar	-	46.391
Tributos e contribuições sociais	112.619	61.672
Entidade de previdência a empregados	31.876	30.954
Energia comprada - CCEE	-	100.084
Taxas regulamentares / Encargos uso do sistema de transmissão	137.090	87.411
Dividendos e juros sobre capital próprio	373.326	271.684
Obrigações estimadas e folha de pagamento	24.639	34.931
Obrigações socioambientais	26.886	24.163
Outras obrigações	112.107	120.818
NÃO CIRCULANTE	5.146.292	5.219.838
Empréstimos e financiamentos	1.766.466	1.763.999
Fundo de investimento em Direitos Creditórios - FIDC	604.923	714.948
Valores a pagar	-	76.384
Tributos e contribuições sociais	-	7.170
Imposto de renda e contribuição social diferidos	207.606	177.927
Entidade de previdência a empregados	263.590	275.916
Taxas regulamentares / Encargos uso do sistema de transmissão	25.309	18.399
Provisão para riscos legais	2.051.205	1.941.473
Obrigações socioambientais	211.712	228.141
Outras obrigações	15.481	15.481
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.372.284	9.879.937
Capital social	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098
Ajuste de avaliação patrimonial	1.454.615	1.548.690
Reservas de lucros	426.716	426.716
Lucros acumulados	586.422	-
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.387.800	16.889.872

ANEXO 1 – Glossário do Setor de Energia Elétrica

ACL - Ambiente de Contratação Livre. Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados entre geradoras, comercializadoras e consumidores livres, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. Os agentes de distribuição (distribuidoras) não podem comprar nesse ambiente.

Acordo Geral do Setor Elétrico - Acerto firmado entre geradoras e distribuidoras com o objetivo de definir regras para compensação das perdas financeiras geradas pelo racionamento de energia 2001/2002. O acordo, fechado em dezembro de 2001, previa financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas e reajuste tarifário extraordinário para os consumidores, com exceção dos consumidores de baixa renda, a título de recomposição das perdas.

ACR - Ambiente de Contratação Regulada – O segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes de geração e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

Agente: Agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – Concessionária, autorizada, ou permissionária de serviços e instalações de energia elétrica, comercializadoras e consumidores livres, integrantes da CCEE e sujeitos às obrigações e direitos previstos na Convenção, nas Regras e nos Procedimentos de Comercialização.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica – Órgão regulador do setor elétrico brasileiro. Autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, criada pela Lei 9.427 de 26 de Dezembro de 1996. Tem como atribuições: regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica, atendendo reclamações de agentes e consumidores com equilíbrio entre as partes e em benefício da sociedade; mediar os conflitos de interesses entre os agentes do setor elétrico e entre estes e os consumidores; conceder, permitir e autorizar instalações e serviços de energia; garantir tarifas justas; zelar pela qualidade do serviço; exigir investimentos; estimular a competição entre os operadores e assegurar a universalização dos serviços.

Capacidade Instalada (Potência Instalada) - Quantidade máxima de eletricidade que pode ser entregue por uma unidade geradora, por uma usina hidrelétrica ou por um parque gerador.

CAR – Curva de Aversão a Risco - Mecanismo que estabelece o nível mínimo de armazenamento de água dos reservatórios das hidrelétricas necessário à produção de energia com segurança para o sistema interligado. A CAR foi instituída em janeiro de 2002 pela Resolução nº 109, que estabeleceu critérios e diretrizes para a política de operação energética e despacho de geração termelétrica realizados pelo ONS, bem como para a formação de preço no mercado de energia elétrica.

CCE - Contrato de Compra de Energia – Contrato com tarifa regulada, que estabelece os termos e as condições gerais que irão regular a comercialização de energia elétrica entre a atual geradora e a distribuidora com mercado inferior a 500 GWh/ano, para atendimento do seu mercado.

CCEAR - Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - Instrumento celebrado entre cada geradora e todas as distribuidoras participantes dos leilões de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes ou futuros.

CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os Agentes da CCEE, restritas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). É no ambiente da CCEE que mensalmente todos os agentes prestam contas de seus direitos de energia, e que se contabilizam os movimentos de energia elétrica.

CCVEE – Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – Também denominado Contrato Bilateral. Instrumento que formaliza a comercialização de energia elétrica (volumes, preços, condições, etc.) decorrente da livre negociação entre os agentes geradores, comercializadores, consumidores livres, importadores, no Ambiente de Contratação Livre.

Comercializadora – Empresa que atua na intermediação de negócios de compra e venda de energia elétrica.

CNPE - Conselho Nacional de Política Energética – O CNPE é um comitê criado em agosto de 1997, para aconselhar o presidente do Brasil sobre o desenvolvimento da política energética nacional. Foi criado para aperfeiçoar a utilização dos recursos energéticos do Brasil e para garantir o abastecimento nacional de energia.

Consumidores Cativos - Consumidor ao qual só é permitido comprar energia da distribuidora, a cuja rede está conectado.

Consumidores Livres - Consumidor com demanda contratada igual ou superior a 3,0 MW, que tenha exercido a opção de se declarar livre, a fim de negociar as condições contratuais com o fornecedor de seu interesse (regulado pelos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995).

Contrato bilateral - Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre Agentes da CCEE, no Ambiente de Contratação Livre, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

Contrato de Concessão – Instrumento legal celebrado entre o Poder Concedente e a Concessionária, formalizador da concessão, e que deverá ter cláusulas essenciais, entre outras, as relativas ao objeto, área e prazo, bem como as principais condições da prestação do serviço público.

Cotas – Vide Regime de cotas

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

Distribuidoras - Agente titular de concessão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos da legislação aplicável, que atendem os consumidores cativos de sua área geográfica de concessão.

EBIT e EBITDA - Definidos pelas regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 527/2012.

Energia Assegurada – Vide **Garantia Física**

Energia de Curto Prazo – É a energia contabilizada pela CCEE decorrente das diferenças entre o que foi produzido ou consumido e o que foi contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

Energia de Empreendimentos Existentes - Energia elétrica produzida por empreendimentos que já se encontravam em operação comercial até 31 de dezembro de 1999, também denominada Energia Velha.

Energia de Novos Empreendimentos - Energia elétrica de novas usinas, novos empreendimentos sob licitação e também dos projetos concedidos e autorizados até 16 de março de 2004, que entraram em operação comercial a partir de 1º de janeiro de 2000 e cuja energia estava descontratada até 16 de março de 2004. Também denominada Energia Nova.

FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, conforme estabelecido nas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Securitização de recebíveis.

Fornecimento de Energia - venda de energia a grandes consumidores.

Garantia Física – É a quantidade de energia que um agente está autorizado a comercializar em contratos, como oferta de energia elétrica, medida em megawatts médios (MWmédios). Determinada pela ANEEL como o montante de energia elétrica, em média, que uma usina pode produzir e comercializar em base sustentável 365 dias por ano, com fator de risco de 5%. (substitui o conceito de energia assegurada).

Geradora – Empresa que produz energia elétrica.

Leilões de Energia – Processo licitatório para compra de energia elétrica, regido pelo edital e seus documentos correlatos, onde as Distribuidoras podem comprar energia para atendimento de seu mercado.

MCSO – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits - Processo de realocação, entre Agentes de Distribuição participantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, de sobras e déicits de montantes de energia contratados no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. Por este processo as distribuidoras podem transferir entre elas, até 3% ao ano, dos montantes que mantêm sob contrato de compra junto às geradoras.

Mercado de Curto Prazo - Segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e registrados pelos Agentes da CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos Agentes.

Mercado Livre - Vide ACL.

Mercado Regulado - Vide ACR.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia - Mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletro-energética do Sistema Interligado Nacional - SIN, no que concerne ao despacho centralizado das unidades de geração de energia elétrica. Isto significa que eventuais insuficiências de geração de uma Usina, sob comando do ONS, podem ser geradas por outra usina integrante do sistema, visando a otimização do sistema. Essas compensações são remuneradas pela TEO – Tarifa de Energia de Otimização.

MME - Ministério de Minas e Energia - O MME é a principal autoridade do governo brasileiro no setor elétrico. As suas principais funções são a de elaborar diretrizes para a atribuição de concessões e a emissão de diretrizes relativas ao processo licitatório de concessões relacionadas a serviços e bens públicos.

MW - Megawatt – Unidade de medida de energia mecânica ou elétrica, de fluxo térmico e de fluxo energético de radiação, equivalente a um milhão de Watts.

MWh – Megawatt - hora – Unidade de medida equivalente a um megawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou um milhão de Watts-hora.

MWmédio - Megawatt médio - Unidade de medida referente à energia em MegaWatt-hora (MWh) dividida pelo respectivo número de horas do período.

ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico – Agente instituído pela Lei nº 9.648, de 1998, com redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004, responsável pela coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

PLD – Preço de Liquidação das Diferenças – Preço divulgado pela CCEE, calculado antecipadamente, com periodicidade semanal, tendo como base Custo Marginal de Operação, limitado por preços mínimo e máximo, pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo.

Potência instalada – Vide **Capacidade Instalada**.

Rede Básica - Instalações de transmissão do Sistema Interligado Nacional - SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão em tensão igual ou superior a 230 kV, definida segundo critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 67, de 8 de junho de 2004.

Regime de Cotas – Mecanismo utilizado para rateio da Garantia física de energia e de potência das Usinas Hidrelétricas, renovadas conforme lei 12.783 (MP 579) e alocadas para as concessionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional, conforme a regulamentação específica da ANEEL, visando à modicidade tarifária.

RGR - Reserva Global de Reversão - Trata-se de um encargo pago mensalmente (quota) pelas empresas de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica. Tem, também, destinação legal para financiar a expansão e melhoria desses serviços, bem como financiar fontes alternativas de energia elétrica para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de novos potenciais hidráulicos, e para desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. O valor anual do encargo a ser recolhido equivale a 2,5% do valor do Imobilizado vinculado à prestação do serviço de eletricidade, sendo limitado a 3,0% de sua receita anual.

RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária - Aumento tarifário temporário, autorizado às distribuidoras das regiões que estiveram sob racionamento no período 2001/1002, pela Lei nº 10.438, de 2002. Parte dos recursos obtidos com essa recomposição foi repassado às geradoras como reembolso de energia comprada.

SIN – Sistema Interligado Nacional - Instalações eletricamente interligadas, compreendendo usinas, instalações de transmissão, responsáveis pelo suprimento de energia elétrica a todas as regiões do país, abrangendo 97% do consumo brasileiro.

Suprimento de Energia - venda de energia a distribuidoras e comercializadoras, para revenda a seus clientes.

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – Instrumento jurídico firmado entre responsáveis por determinadas ações ou providências (no caso, a CESP), e o Ministério Público (federal, estaduais ou municipais), na defesa de *interesse difuso ou coletivo*. Em geral refere-se à prevenção, mitigação ou recuperação do meio ambiente, por meio da fixação de obrigações e condicionantes técnicas.